

Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às dezessete horas, na sede do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, sito a Rua Tarquínio Cobra Olintho, número 69, Vila Pereira, município de São José do Rio Pardo, SP, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos do RPPS de São José do Rio Pardo, presentes os seguintes membros, Anderson Luís Fonseca Pirola, Cintia Ribeiro da Silva, Eduardo de Paula Marin, Fabiano Boaro de Sousa e Rodrigo Marin Figueira. Assuntos da pauta: 1 – Análise da carteira de investimentos referente ao 2º Trimestre de 2024; 2 – Assuntos Diversos. O presidente abriu a reunião do dia em seguida passou a palavra ao consultor financeiro senhor Marcos Almeida da empresa de consultoria financeira LDB, prestadora de serviço ao IMP na área de investimentos. Sr. Marcos Almeida agradeceu mais uma vez pela oportunidade de realizar esse importante bate papo com os membros do Comitê de Investimentos do IMP. O consultor financeiro iniciou a explanação apresentando conteúdos técnicos da macro economia no período analisado e projeções futuras. O consultor avaliou que o 2º trimestre de 2024 os investimentos na renda fixa na parte longa da carteira pesaram no rendimento, sendo que os fundos de investimentos de curto prazo contribuíram para minimizar a volatilidade para o período, a exemplo o fundo de vértice 2040 rentabilizou -3,26% e no vértice 2024 o retorno foi de 2,86%. Ainda na renda fixa, o IDKA Pré fechou o período com -0,63% e o crédito privado com -0,22%. No seguimento da renda variável os fundos fecharam todos no negativo, a exemplo do Caixa Small Caps com -11,33%. Já com o investimento no exterior o Caixa BDR Nível I rentabilizou no período 21,34%. No trimestre as rentabilidades na renda fixa foram: Art. 7º I, “b”, com 0,43%; no Art. 7º III, “a” com -0,63% e no Art. 7º V, “b”, com -0,22% ativo de crédito privado. No seguimento da renda variável os fundos de investimentos com exposição nacional a volatilidade derrubou a sequência de alta que vinha do ano anterior, com isso, a média da carteira foi de -5,59%. A carteira fechou o 2º trimestre de 2024 com rentabilidade anual de 2,46% contra a meta atuarial de 5,22%, ficando com diferença -2,76%. O consultor relatou que os investidores institucionais estão pagando a conta de uma aversão ao risco, a marcação a mercado está derrubando os investimentos de longo prazo e também a bolsa brasileira. A volatilidade do primeiro trimestre se arrastou para o segundo trimestre com as exposições voltadas para a política fiscal do nosso país, para incrementar o mal resultado dos investimentos, o mundo repleto de incertezas internacionais marcou esse 1º semestre, o fato mais importante ainda se dá para a queda dos juros da economia americana. Na ótica do consultor, o mesmo relatou que o prêmio de risco para os ativos já fora precificado nos ativos e que percorre com otimismo uma recuperação para o 2º semestre de 2024. As projeções de inflação e juros na economia brasileira já é de conhecimento de todos, o BACEN fechou as torneiras de cortes na taxa Selic, diante disso o CDI voltou a fazer parte de grande parte das estratégias dos investidores institucionais. Analisando a carteira do IMP, o consultor teceu comentários positivos quando às estratégias adotadas em diversos vértices em fundos de investimentos com rentabilidades compatíveis ao passivo atuarial do IMP. Apreciado o relatório do 2º trimestre, o consultor abriu para esclarecimentos, sendo questionado pelo presidente do Comitê sr. Fabiano Boaro, quando a dúvida levantada pelo membro Rodrigo Figueira sobre a posição do IMP junto ao fundo Caixa 2026 perante ao percentual aplicado no fundo, se há prejuízo de desenquadramento junto a Resolução CMN 4693/2021. O consultor informou que os investimentos do artigo 7º. I, “b”, estão amparados pelos artigos 18 e 19 da mesma resolução, não limitando às aplicações em 20% do PL do RPPS e 15% no mesmo fundo de investimento, sendo compostos por 100% em títulos públicos. O diretor Eduardo Marin perguntou ao consultor quando as mudanças já realizadas no CADPREV da Secretaria de Previdência, no que tange aos novos enquadramentos dos fundos de investimentos. Para o consultor o movimento de alterar o sistema foi antecipado sem amparo legal, na sua opinião, a norma deveria ser regulamentada primeiro e em seguida o sistema ser adequado aos novos dispositivos, sendo assim, a consultoria tem por prudência orientar seus clientes para aguardar nova legislação. Marcos Almeida da empresa de consultoria financeira LDB concluiu sua explanação se colocando à disposição. O presidente agradeceu o trabalho da consultoria. Em assuntos diversos o diretor Executivo do IMP sr. Fabiano Boaro, voltou a falar sobre a certificação dos membros que compõem a estrutura do IMP, no caso do Comitê, o presidente se dirigiu ao membro Anderson Pirola quando sua iniciativa de realizar o exame. O membro informou que irá realizar o exame, sendo levando essa informação ao Conselho Administrativo na próxima reunião ordinária. Ausente de mais assuntos o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião do dia. Eu, Eduardo de Paula Marin, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos.

Anderson Luís Fonseca Pirola _____

Cintia Ribeiro da Silva _____

Eduardo de Paula Marin _____

Fabiano Boaro de Sousa _____

Rodrigo Marin Figueira _____